

O PARADOXAL GOVERNO DA “NOVA DISPENSAÇÃO” NO ZIMBÁBUE: VIOLÊNCIA POLÍTICA, IMPUNIDADE ENDÊMICA E SILENCIAMENTOS, 2017-2020

Terence M. Mashingaidze¹



Introdução

Quando o presidente Emmerson Mnangagwa chegou ao poder após a transição auxiliada pelos militares em 2017, que removeu do cargo o presidente de longo mandato Robert Mugabe, sua nova retórica destacava uma rejeição entusiasmada à linguagem divisiva e à política combativa do antecessor. O reinado de 37 anos do presidente Mugabe fora baseado na noção contenciosa da inevitabilidade da violência para manter o poder político no nível do Estado-nação (Blair 2002; Meredith 2002; Chan 2003; Holland 2008; Ndlovu-Gatsheni 2015). Apesar de ser um líder popular no período posterior à luta de libertação nacional com fortes credenciais pan-africanistas, Mugabe bloqueou e desmobilizou organizações políticas alternativas ao empregar abertamente violência física e discursiva contra possíveis oponentes por grande parte do seu mandato à frente do Zimbábue pós-colonial. Esta violência motivada politicamente foi acompanhada de má gestão econômica, hiperinflação e fuga de capitais no que ficou conhecido como a crise zimbabuana na era pós 2000 (Ndlovu-Gatsheni 2003; Raftopoulos 2006).

Por uma questão de hábito político, pouco antes das greves trabalhistas de 1998, Mugabe ameaçou os sindicalistas, gabando-se de que o partido governante, União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica

1 Departamento de História, Midlands State University, Gweru, Zimbábue. E-mail: mashingaidzet@staff.msu.ac.zw. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7594-6090>

(ZANU-PF) “tinha diplomas [acadêmicos] em violência” (Blair 2002; Fleming 2014). Emblemático de sua arbitrariedade foram os massacres de *Gukurahundi* instigados pelo Estado na década de 1980 nas províncias de Matabeleland e Midlands, os quais resultaram na morte de aproximadamente 20.000 pessoas Ndebele, assim como as represálias eleitorais em todo o país contra a oposição ressurgente Movimento pela Mudança Democrática (MMD) e seus apoiadores em 2008 (CCJP 1997; Sachikonye 2011).

Apesar de ter sido um facilitador sempre presente para a política excludente exposta acima desde a luta pela libertação nacional, quando serviu como assistente especial de Mugabe e posteriormente como um ministro de longa data e Vice-Presidente da era pós-colonial, Mnangagwa buscou, cuidadosamente, criar uma nova imagem para si mesmo como um político transformador diante de seus cidadãos após assumir a presidência. Em diversas ocasiões, logo após assumir o poder, Mnangagwa afirmou ser “tão macio quanto lã” (Mubangizi 2018). Ele aproveitou o apelo público e a euforia do golpe que pôs fim ao governo de Mugabe para se auto consagrar como o novo líder do país. Assim, imediatamente após a transição auxiliada pelos militares, ele costumava brincar que “a voz do povo é a voz de Deus” (Ndawana 2018).

Mais importante ainda, Presidente Mnangagwa buscou desescalar tensões políticas domésticas de longa data ao pedir por paz e maior inclusão nos assuntos nacionais, assim como prometia por eleições livres e justas. Como forma de reverter o isolacionismo de duas décadas de Mugabe, o novo presidente tentou atrair a comunidade internacional de volta para o país por meio do *slogan* “Zimbábue está aberto para negócios”. No discurso inaugural como presidente no dia 24 de novembro de 2017, Mnangagwa declarou que:

Ainda que não possamos mudar o passado, há muito que podemos fazer no presente e no futuro para dar a nossa nação um rumo diferente e positivo. Quando o fizermos, não devemos nunca permanecer reféns do nosso passado. Assim, eu humildemente apelo a todos que deixemos o passado ser passado, prontos para abraçarmos um novo destino. A tarefa em mãos é a de reconstruir nosso grande país. Tarefa que compete a ninguém senão nós mesmos. Eu imploro a todos que declarem que NUNCA NOVAMENTE, as circunstâncias que colocaram o Zimbábue em uma posição desfavorável possam ocorrer novamente ou ofuscar suas perspectivas. *Nós devemos trabalhar juntos, você, eu, todos nós que construímos essa Nação...* Os valores de Unidade e Paz compartilhados por todos os zimbabuenses são os fundamentos duradouros para o objetivo desejado do desenvolvimento, o qual é, por sua vez, o terceiro pilar da tríade Unidade, Paz e Desenvolvimento, defendido pelo meu partido ZANU-PF [todos os grifos em itálico foram feitos pelo autor] (Mnangagwa 25 de novembro de 2017).

A tentativa de atrair e unificar públicos diversos e contraditórios mencionados no discurso acima resume a essência do que foi definido de forma otimista como a Nova Dispensação no discurso público da era pós-Mugabe. Entretanto, a ética de esquecer e perdoar presente no mesmo discurso, o qual se tornou uma assinatura retórica do Presidente Mnangagwa, comprometeu a novidade da sua dispensação ao levarmos em conta a cicatrização das feridas históricas da nação e o legado sombrio de violência política e incitada pelo Estado contra seus próprios cidadãos.

Parece que o presidente não queria que os zimbabuanos tivessem conversas francas sobre seu passado dilacerado pela impunidade, mas é essencial e catártico que tanto as vítimas quanto os perpetradores tenham conversas abertas sobre danos por motivos políticos. Ao comentar sobre a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul Pós-Apartheid (*Truth and Reconciliation Commission*, TRC, em inglês), Antjie Krog (1998, 24), observou que “uma comunidade não deveria apagar parte do seu passado, pois deixa um vácuo que será preenchido por mentiras e afirmações contraditórias e confusas sobre o que aconteceu”. As sociedades não podem simplesmente limpar as dores do passado e os perpetradores devem ser responsabilizados pelos seus erros, pois para “romper efetivamente com o passado, uma bússola moral deve ser estabelecida entre o passado e o futuro” (1998, 24).

Ainda que o TRC da África do Sul seja celebrado por tratar dos legados traumáticos do *Apartheid*, especialmente ao afirmar a importância da verdade em sociedades pós-conflito, os seus limites se tornaram aparentes ao longo dos anos (Swart e van Marle 2017). O TRC não conseguiu trazer justiça às vítimas do *Apartheid* e das políticas dos supremacistas brancos por causa do seu princípio de “amnésia da verdade”, o qual permitiu que a maioria dos responsáveis pela violência contra a maioria negra do país ficasse impune (Bowsher 2020). Novamente, o TRC da África do Sul teve um mandato limitado, o que excluiu as vítimas de violência das reparações históricas em forma de indenizações, restituições, tratamentos pós-traumáticos e causas judiciais. Essa sensibilidade institucionalizada é crucial porque “... a violência e a violação não são apenas contidas no tempo, mas têm efeitos que excedem em muito o momento original da violência” (Srinivasan 1990, 305).

As seções seguintes do artigo buscam mostrar que a noção de Nova Dispensação do Presidente Mnangagwa foi uma reformulação pouco diferente do *status quo* anterior, visto que seu governo não resolveu de forma significativa o conturbado histórico de direitos humanos do país. A violência instigada pelo Estado, tortura e desaparecimentos forçados de ativistas de direitos humanos e pessoas percebidas como da oposição ainda se fazem

presentes. O novo governo não abriu espaço cívico para garantir liberdades básicas de reunião e associação. Os procedimentos de notificação e autorização policial de manifestações e acesso concomitante a espaços públicos permaneceram deliberadamente incipientes, enquanto os processos para a realização de manifestações pacíficas eram às vezes arbitrariamente impedidos pela polícia.

Impunidade Endêmica e Silêncios como Herança da Era Mugabe

A tarefa do Presidente Mnangagwa de fazer com que os zimbabuenses esqueçam seu passado doloroso e sigam em frente sob o *slogan* inclusivo de “unidade, paz e desenvolvimento” foi uma prática bem estabelecida na arquitetura de construção da paz defeituosa do país, largamente caracterizado por pronunciamentos oficiais de reconciliação, ordens de clemência e anistia para os responsáveis pela violência política (Mashingaidze 2017). Ao assumir o poder em 1980, após uma prolongada e violenta luta de libertação nacional, o então primeiro-ministro Robert Mugabe declarou a outrora muito elogiada política de reconciliação nacional, convocando seus conterrâneos a esquecerem o passado traumático e se perdoarem para reconstruir coletivamente a nação (Fisher 2010; Mashingaidze 2010). Os maiores beneficiários dessa política foram os membros do *establishment* do setor de segurança da Rodésia, os quais haviam torturado, assediado e punido massivamente africanos negros por meio de medidas de contrainsurgência.

Nos anos subsequentes, o governo Mugabe recorreu regularmente a políticas de anistia e ordens de clemência para proteger o Estado e perpetradores de violência alinhados politicamente com o partido governista. Isto ocorreu como consequência dos ciclos episódicos de violência no período pós-colonial, como o massacre de *Gukurahundi* na década de 1980, a violência eleitoral em 2000/2001 e a violência nacional orquestrada pelo Estado em junho de 2008 contra membros do MMD e apoiadores (Makumbe e Compagnon 2000). As anistias e ordens de clemências concedidas pelo Estado inevitavelmente fomentaram uma cultura de impunidade entre perpetradores de violação de direitos humanos alinhados com o partido governista. Apoiadores do governo, como veteranos de guerra, implicados e posteriormente perdoados no episódio de violência contra o MMD no ano 2000, acabaram por repetir os mesmos crimes nas eleições parciais de 2001 e nas eleições presidenciais de 2002 (Reeler 2004; Feltoe 2004).

Em grande parte, as medidas negociadas pela elite para a reconciliação da sociedade pós-conflito são uma farsa para as vítimas de violência com motivação política, pois elas são obrigadas a sublimar suas dores e “seguir em frente com a vida”, não restabelecidas e não curadas. Essas medidas desconsideram as dores individuais e ignoram a responsabilidade do perpetrador, focando na sociedade como uma abstração que se auto imola por personagens desconhecidos. Esse tipo de abordagem contraria um dos princípios-chave estabelecidos no Tribunal de Nuremberg após a Segunda Guerra Mundial: “a justiça tem um foco individual e não julga violências de grupo” (Aoláin e Turner 2007, 31). Nesse sentido, Jürgen Habermas afirma que culpa coletiva não existe. Quem quer que seja responsável precisa responder individualmente (Krog 1998, 24). Essas perspectivas são uma alternativa aos pronunciamentos oficiais de reconciliação, propondo a realocação, onde possível, tanto da responsabilidade dos perpetradores pela violência quanto do sofrimento das vítimas, para o centro do debate sobre políticas pós-conflito. O TRC da África do Sul, apesar das limitações apontadas acima, exemplificou essa abordagem ao tratar todas as vítimas do Apartheid de forma igualitária:

Não há vítimas de primeira e segunda classe. A mãe cujo filho foi morto se opondo ao apartheid é igual à mãe cujo filho morreu o defendendo. Brancos e negros, pessoas “de cor” e indígenas, alfabetizados ou não, rural ou urbano, todos foram respeitados da mesma forma. Assim, o TRC ensinou ao país que luto, solidão, perplexidade e dor não conhecem cor ou credo, pois a ferida é a mesma para todos. Essa é uma abordagem que rompe com o pensamento internacional com relação às “vítimas” e permanece como a conquista do TRC menos reconhecida (Krog 1998, 290).

Além de excluir as possibilidades de contar histórias verdadeiras e de reconciliação, o governo Mugabe impediu comunidades afligidas pela violência de sepultarem seus membros ou criar memoriais em nome das vítimas do massacre de *Gukurahundi*. Tal recusa em relembra os danos à comunidade foram uma arma poderosa contra os sobreviventes, pois memoriais servem como reparações simbólicas (Hopwood 2011, 6).

A perpetuação da amnésia histórica pelo governo de Mnangagwa com relação à violência com motivações políticas não demonstra uma consciência ética verdadeira. Na verdade, a postura do governo mostra a incapacidade de prestar contas de possíveis constrangimentos decorrentes de excessos políticos, assim como a falta de coragem moral para confrontar o notório comportamento político de aliados, representantes e apoiadores. A insistência da liderança zimbabuense em esquecer os atos de violência obriga os cidadãos

afetados a esquecerem suas dores. Essa abordagem é insensível porque o passado nunca é passado para as vítimas de violência política, especialmente em circunstâncias nas quais elas são frequentemente confrontadas com a memória da perda de entes queridos, meio de sobrevivência prejudicados e de suas próprias vidas afetadas pelos efeitos debilitantes de lesões corporais. A maioria das vítimas leva a vida nas mesmas localidades espaciais onde elas experimentaram violência, no que Pierre Nora (1996, 1) chama de “*milieu de mémoire*, localidades nas quais a memória é uma parte real da vida cotidiana”. Mashingaidze (2017) argumenta que desprezar os danos infligidos e o luto força os sobreviventes a situações crescentemente degradantes de existência.

Essencialmente, esperar que as vítimas perdoem seus algozes e esqueçam de suas dores é um ato de negacionismo, porque silencia a voz das vítimas, incapazes de expor a opressão e o abuso (Tarusarira 2019). Onde fosse possível, Estados e governos deveriam permitir que as vítimas de violência política grave tivessem acesso a espaços empáticos para narrar suas perdas, danos e dores. O arcebispo Desmond Tutu, diretor do TRC da África do Sul, identificou de forma profética as conexões intrincadas entre verdade, cura e reconciliação ao dizer:

Eu espero que o trabalho da Comissão, ao abrir a ferida para limpá-la, impeça assim que a ferida apodreça. Não podemos ser levianos e dizer que o passado é passado, porque não o será, e voltará para nos assombrar. A verdadeira reconciliação nunca é fácil, pois é baseada no perdão, o qual é custoso. O perdão por sua vez depende do arrependimento, o qual precisa ser baseado no reconhecimento de que ocorreu foi errado, portanto, no reconhecimento da verdade. Você não pode perdoar o que você não conhece (Tutu 1995).

O silenciamento de discussões públicas e abertas sobre as dores do passado no Zimbábue foi uma estratégia para ganhar tempo que acabou, na realidade, neutralizando a culpabilidade dos responsáveis. Também comprometeu a potencialidade afirmativa do testemunho dos sobreviventes e das interpretações das vítimas sobre seus abusos, e, no longo prazo, borrou as linhas entre vítima e perpetradores.

Violência sem fim na Nova Dispensação

Violência sancionada pelo Estado, tortura, estupro e assassinato de oponentes políticos persistiram durante a Nova Dispensação e isso fortaleceu uma “perigosa baixa tolerância por dissidentes” (Kingsley e Moyo 2019). No

dia primeiro de agosto de 2018, soldados usando munição real assassinaram seis apoiadores do MMD que se manifestavam contra uma possível fraude eleitoral e atrasos na divulgação dos resultados das eleições presidenciais realizadas recentemente. Os soldados dispararam indiscriminadamente contra os manifestantes, a maioria atingidos nas costas. Alguns espectadores também foram mortos (Rogers 2019, 118). Em resposta, o Presidente Mnangagwa montou rapidamente uma polêmica comissão de investigação internacional de seis membros, presidida pelo ex-presidente da África do Sul, Kgalema Mothlante. Três dos comissários locais pareciam membros do partido, visto que um era um bem conhecido e ativo apoiador do governo, outro era um opositor ao MMD (cujos apoiadores haviam sido mortos), enquanto o terceiro mantinha relações próximas com as estruturas de governo. Entre os três membros internacionais um era general militar tanzaniano com fortes laços com o exército zimbabuense.

As referências da comissão de investigação também eram inapropriadas: elas focaram no que havia tornado “necessário” o uso de força física em detrimento de quem havia “autorizado”. A autoridade presidencial era necessária para o uso do exército, particularmente na esfera doméstica. Presume-se que o vice-presidente, que era também o Ministro da Defesa, autorizou o uso do exército sem o conhecimento do presidente. O presidente é o chefe das forças armadas. Portanto, parece que ao formar a comissão de investigação o presidente e seus conselheiros estavam tentando evitar responsabilidades e a exposição do vice-presidente como possível mandatário das ações (Matyszak 2019). Quase dois anos após a comissão apresentar o seu relatório final a respeito das mortes, nenhum dos soldados que participou da ação foi julgado ou processado.

O país presenciou novas ações de violência por parte das forças de segurança em meados de janeiro de 2019 quando o Congresso Zimbabuense de Sindicatos organizou greves contra aumentos repentinos de preço, salários decrescentes e o aumento do custo de vida no país. Em resposta, o governo impôs três dias de bloqueio da internet a fim de desmobilizar a organização dos civis. O governo também utilizou as forças de segurança para realizar um toque de recolher. No entanto, essas forças de segurança logo passaram a realizar sequestros e desaparecimentos forçados de ativistas opositores e sindicalistas líderes de manifestações. Até a saída das forças das comunidades, elas haviam realizado 17 assassinatos, 17 estupros e 26 desaparecimentos. Mais de mil pessoas foram presas por prisões de arrastão (Nichols 2019). O presidente, que estava fora do país em conversas com possíveis investidores,

falhou em condenar a brutalidade das forças de segurança. Ele “utilizou o Twitter para denunciar a ‘devassa violência e vandalismo’ - não dos soldados, mas dos sindicalistas” (Rogers 2019, 118).

A polícia lançou mão de mais violência contra protestos pacíficos e desarmados de apoiadores do MMD em 16 de agosto de 2019. Os presentes protestavam contra o aumento do custo de vida em meio à escalada da inflação, escassez de combustível, água e eletricidade. Diversas organizações, incluídos a Sociedade Legal do Zimbábue (*Law Society of Zimbabwe*, LSZ, em inglês) criticaram a brutalidade da polícia contra os participantes do protesto e afirmaram que “não há justificativa para ataques implacáveis e arbitrários serem perpetrados contra cidadãos desarmados” (Nicodamus 2019). A brutalidade da política contra os participantes significou o encolhimento do espaço cívico e uma ferida para a imagem da ‘Nova Dispensação’ defendida pelo governo de Mnangagwa. Os ataques instigados pelo Estado contra cidadãos e a detenção ilegal violaram a Seção 50 da Constituição do Zimbábue, na qual consta que uma pessoa detida ou presa deve ser informada no momento da prisão das queixas prestadas contra ela. Essa pessoa também deve ser tratada de forma humana, como colocado na seção 53 da mesma constituição, a qual afirma que “nenhuma pessoa pode ser sujeitada a tortura física ou psicológica ou tratamento ou punição desumana e degradante” (Constitution of Zimbabwe 2013).

Desaparecimentos forçados

Além das ações demonstradas anteriormente, entre janeiro de 2019 e maio de 2020, o país presenciou uma série de sequestros, tortura e desaparecimentos forçados de detratores do governo por “assaltantes desconhecidos”. Em Outubro de 2019, 50 ativistas, incluindo Dr Peter Magombeyi, o qual liderava a greve dos médicos por melhores pagamentos e condições de trabalho, foram raptados (Zenda 2019). A greve dos médicos prejudicou o governo ao paralisar o setor de saúde. Em 13 de Maio de 2020, a deputada de Harare West, Joana Mamombe, e outras duas colegas do MMD, Cecilia Chimbi e Netsai Marova, foram raptadas da custódia policial da Estação Central de Polícia de Harare por “assaltantes desconhecidos”. Elas estavam presas em instalações policiais por organizarem uma manifestação não autorizada contra a piora da fome e da pobreza no país. A polícia afirma que as mulheres haviam violado as restrições de *lockdown* no contexto de pandemia de COVID-19 ao motivar reuniões públicas. As mulheres foram encontradas dois dias depois, em estado de choque e gravemente machucadas no Centro

de Negócios de Muchapondwa em Bindura, distante mais de 80 quilômetros de Harare. Elas também haviam sido sexualmente abusadas (Moyo 2020). O caso foi condenado pela União Europeia, Estados Unidos e associações da sociedade civil africanas (European Union Delegation to the Republic of Zimbabwe 2020).

Apesar das evidências do envolvimento das forças de segurança do Estado nos sequestros e desaparecimentos forçados de ativistas, o governo, como de costume, ofereceu desculpas pouco convincentes, declarando a existência de uma Terceira Mão composta por membros do antigo *establishment* ou apoiadores de Mugabe conhecido como a Facção G40 (Ndlovu 2019, 180 e 196). Por vezes, esses oficiais do governo afirmaram que ativistas forjaram o próprio sequestro a fim de constranger o governo e permanecer no holofote político. Nick Mangwana, o Secretário Permanente do Ministério de Informação, Publicidade e Serviços de Comunicação negou o envolvimento do governo nos desaparecimentos:

Por que o governo iria torturar pessoas por participarem de uma demonstração pública com pouca aderência? Não há razão para o governo agir dessa forma, pois ao fazê-lo estaria atirando no próprio pé. De forma oposta, alguns têm a ganhar ao infligir ao governo do Zimbábue uma reputação negativa. Não há dúvida... que o que esse governo enfrenta é uma campanha de difamação. O perpetrador de tal campanha é a oposição ou remanescentes do antigo regime que são ainda bastante amargurados quanto ao sucesso das políticas do presidente Mnangagwa, incluindo a de reengajamento. Há também a possibilidade que esses partidos estejam atuando conjuntamente para orquestrar suas artes das trevas (Mangwana 2020).

Apesar das refutações presentes na declaração acima, o governo do Zimbábue não investigou ou processou ninguém pelos numerosos casos de abdução, tortura e desaparecimentos forçados que ocorreram durante a Nova Dispensação. Assim como o governo de Mugabe, a Nova Dispensação continuou a renegar seu mandato constitucional e obrigações internacionais de investigar e processar crimes de motivação política cometidos por agentes de segurança e outros atores políticos, especialmente aqueles alinhados com o partido governante (Gwinyai 2020; Masuku 2020; New-zimbabwe.com. 2020; Taruvinga 2020). Isso mostra que a máquina de repressão da era Mugabe permaneceu intacta sob a Nova Dispensação. O advogado zimbabuense Douglas Coltart argumentou acertadamente contra o persistente desrespeito aos direitos humanos:

Há pouco respeito pelo Estado de Direito (*rule of law*) no Zimbábue. As instituições que protegem o Estado de Direito estão fundamentalmente quebradas e estão sendo usadas, de forma oposta, para destruir a lei. O que nós temos no Zimbábue é o que chamamos de *rule by law*: na qual a lei é usada como um instrumento coercitivo para perpetuar a opressão e a injustiça (Newsday 2020).

Conclusão

O presente artigo mostrou que apesar das declarações ocasionais e retóricas de liberdade por parte do Presidente Mnangagwa e do partido governista ZANU-PF, o Zimbábue continua preso ao seu passado de mentiras. O governo da Nova Dispensação falhou em se reinventar como um agente transformador capaz de guiar o país em direção a um futuro livre, transparente e inclusivo. O Zimbábue permaneceu fiel à cartilha de Robert Mugabe para manter o poder político: ataques públicos, tortura, sequestros e desaparecimentos forçados de opositores. Dessa forma, a chamada Nova Dispensação conduzida ao longo da transição de governo assistida pelos militares em 2017 não foi um ponto de virada, mas uma roupagem populista para a perpetuação de práticas brutais herdadas da era Mugabe.

A transição implicada na noção da Nova Dispensação não foi baseada em uma rejeição moral aos excessos do regime anterior por causa da cultura securocrática e arquitetura legal que incentiva a impunidade e a continuidade dos seus efeitos posteriores. A fim de alcançar um futuro de paz, o governo do Zimbábue deve reduzir o uso da força mediante a diminuição das intervenções militares na esfera pública. O exército deve ser apenas uma força de defesa externa, comprometida com formas não violentas de resolução de conflitos (Harris 2004). O governo Mnangagwa deve resolver o déficit de dignidade humana do país por meio do estabelecimento de uma cultura de paz. Ou seja, “um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e modos de vida que rejeitam a violência e previnem conflitos ao abordar suas raízes para resolver problemas mediante o diálogo e a negociação, seja por meio de indivíduos, grupos ou nações” (United Nations Document A/53/370 apud Harris 2011, 122). Assim como na era Mugabe, o novo governo tem falhado na tarefa de estabelecer uma cultura de paz em função da impunidade endêmica decorrente de suas práticas políticas.

Referências

- Aoláin, Fionnuala, N. e Catherine Turner. 2007. "Gender, Truth and Transition." *UCLA Women's Law Journal* 16, no. 2, 229-279. <https://escholarship.org/uc/item/3f0919dd>.
- Blair, David. 2002. *Degrees in Violence: Robert Mugabe and the Struggle for Power in Zimbabwe*. London and New York: Continuum.
- Bowsher, Josh. 2020. "The South African TRC as Neoliberal Reconciliation: Victim Subjectivities and the Synchronization of Affects", *Social and Legal Studies* 29, no. 1, 41-64. <https://doi.org/10.1177/0964663918822139>.
- Chan, Stephen. 2003. *Robert Mugabe: A Life of Power and Violence*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Catholic Commission for Justice and Peace (CCJP) in Zimbabwe and the Legal Resources Foundation. 1997. *Breaking the Silence: Building True Peace. A Report on the Disturbances in Matabeleland and the Midlands, 1980 to 1988*. Harare: Legal Resources Foundation.
- Constitution of Zimbabwe. 2013. Amendment (No. 20) Act, 2013. <http://www.zhrc.org.zw/wp-content/uploads/2017/07/Constitution-of-Zimbabwe.pdf>
- European Union Delegation to the Republic of Zimbabwe. 2020. "Joint Local Statement on Human Rights situation in Zimbabwe." May, 20. https://eeas.europa.eu/delegations/zimbabwe_en/79712/Joint%20Local%20Statement%20on%20Human%20Rights%20situation%20in%20Zimbabwe.
- Feltoe, George. 2004. "The Onslaught against Democracy and Rule of Law in Zimbabwe in 2000." In *Zimbabwe: The Past is the Future*, editado por David Harold-Barry, 193-224. Harare: Weaver Press.
- Fisher, Josephine L. 2010. *Pioneers, Settlers, Aliens, and Exiles: The Decolonisation of White Identity in Zimbabwe*. Canberra: ANU Press. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt24hd4n>.
- Fleming, Lucy. 2014. "Mugabe turns 90: Nine things you may not know." *BBC*, February 21, 2014. <https://www.bbc.com/news/world-africa-26257237>.
- Gwinyai, Regis, T. 2020. "AMH Voices: The more things change, the more they remain the same." *Newsday*, June 15. <https://www.newsday.co.zw/2020/06/amhvoices-the-more-things-change-the-more-they-remain-the-same/>.

- Harris, Geoff. 2011. “Ministries of peacebuilding in sub-Saharan Africa: Rationale, functions and establishment”. *African Security Review* 20, no. 1, 122-133. <https://doi.org/10.1080/10246029.2011.561024>.
- _____. (ed.). 2004. *Achieving Security in Sub-Saharan Africa: Cost Effective Alternatives to the Military*, Pretória: Institute of Security Studies.
- Holland, Heidi. 2008. *Dinner with Mugabe: The Untold Story of a Freedom Fighter who became a Tyrant*. New York: Penguin Group.
- Hopwood, Julian. 2011. *We Can't be sure who killed us: Memory and Memorialisation in Post-Conflict Northern Uganda*. New York: International Centre for Transitional Justice. https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-JRP_UGA_Memorialization_pb2011.pdf.
- Krog, Antjie. 1998. *Country of My Skull*. Cape Town: Random House.
- Kingsley, Patrick e Moyo, Jeffrey. 2019. “A Coup Offered Hope to Zimbabwe: Has Its New President Delivered?” *The New York Times*, August 10, 2019. <https://www.nytimes.com/2019/08/10/world/africa/zimbabwe-president-emmerson-mnangagwa-mugabe.html>.
- Makumbe, John M e Compagnon Daniel. 2000. *Behind the Smokescreen: The Politics of the 1990 General Elections*. Harare: University of Zimbabwe Publications.
- Mangwana, Nick. 2020. “The MDC Trio: The Unanswered Questions.” *Newsdze Zimbabwe*, May 24, 2020. <http://www.newsdezimbabwe.co.uk/2020/05/mdc-trio-unanswered-questions.html>.
- Mashingaidze, Terence M. 2017. “Silences and Denials as Impediments to Peace in Post-Colonial Zimbabwe, 1980-2016.” *Kujenga Amani*, February 17, 2017. <https://kujenga-amani.ssrc.org/2017/02/17/silence-and-denial-as-impediments-to-peace-in-post-colonial-zimbabwe-1980-2016/>.
- _____. 2010. “Zimbabwe’s Illusive National Healing and Reconciliation Processes,” *Conflict Trends* 2010, no. 1, 19-27. <https://www.accord.org.za/publication/conflict-trends-2010-1/>.
- Masuku, Admire. 2020. “Abductions: A Chip off the old block.” *Zimbabwe Independent*, May 22, 2020. <https://www.theindependent.co.zw/2020/05/22/abductions-a-chip-off-the-old-block/>.
- Matyszak, Derik. 2019. “Zimbabwe: The Motlanthe Commission’s anniversary of shame.” *Institute for Security Studies*, August 12, 2019. <https://issafrica.org/iss-today/the-motlanthe-commissions-anniversary-of-shame>.

- Meredith, Martin. 2002. *Robert Mugabe: Power, Plunder and Tyranny in Zimbabwe*. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers.
- Mnangagwa, Emmerson D. 2017. "President Mnangagwa's inauguration speech in full." *The Chronicle*, November 25, 2017. <https://www.chronicle.co.zw/president-mnangagwas-inauguration-speech-in-full/>.
- Mubangizi, Odomaro. 2018. "'Soft as wool': Crocodile Mnangagwa's Political Conversion?" *Pambazuka News*, June 29, 2018. <https://www.pambazuka.org/democracy-governance/'soft-wool'-crocodile-mnangagwa's-political-conversion>.
- Moyo, Thandekile. 2020. "Brutal Attacks on women in Zimbabwe evoke memories of Gukurahundi tactics." *Daily Maverick*, May 21, 2020. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2020-05-21-brutal-attacks-on-women-in-zimbabwe-evoke-memories-of-gukurahundi-tactics/>.
- Ndawana, Cyprian. 2018. "Mnangagwa cannot claim to be a Paul without acknowledging past deeds." *Newsday*, June 13, 2018. <https://www.newsday.co.zw/2018/06/mnangagwa-cannot-claim-to-be-a-paul-without-acknowledging-past-deeds/>.
- Ndlovu-Gatsheni, Sabelo J. 2003. "Dynamics of the Zimbabwe Crisis in the 21st Century." *African Journal in Conflict Resolution* 3, no. 1, 99-134. <https://www.accord.org.za/ajcr-issues/dynamics-of-the-zimbabwe-crisis-in-the-21st-century/>.
- Ndlovu-Gatsheni, Sabelo J. (ed.). 2015. *Mugabeism?: History, Politics, and Power in Zimbabwe*. New York: Palgrave Macmillan.
- Newsday. 2020. "Let's simply respect the Constitution: Coltart." *Newsday*, June 22, 2020. <https://www.newsday.co.zw/2020/06/lets-simply-respect-the-constitution-coltart/>.
- New-zimbabwe.com. 2020. "Rights Violations Continue Unabated in Zimbabwe." *Newzimbabwe*, June 20. <https://www.newzimbabwe.com/rights-violations-continue-unabated-in-zimbabwe/>.
- Ndlovu, Ray. 2019. *In the Jaws of a Crocodile: Emmerson Mnangagwa's Rise to Power in Zimbabwe*. Cape Town: Struik Publishers.
- Nichols, Brian A. 2019. "It's not sanctions, it's corruption, lack of reforms." *Newsday*, October 24, 2019. <https://www.newsday.co.zw/2019/10/its-not-sanctions-its-corruption-lack-of-reforms-2/>.

- Nicodamus, Pearl. 2019. “Police violence on demonstrators criticised by legal experts.” *SADC News*, August 31. <https://sadcnews.org/2019/08/31/police-violence-on-demonstrators-criticised-by-legal-experts/>.
- Nora, Pierre (ed.). 1996. *Realms of Memory: Rethinking the French Past (Vol. I: Conflicts and Divisions)*. New York: Columbia University Press.
- Raftopoulos, B. 2006. “The Zimbabwean Crisis and the Challenges for the Left”, *Journal of Southern African Studies* 32, no. 2, 203-219. <https://www.jstor.org/stable/25065088>.
- Rogers, Douglas. 2019. *Two weeks in November: The Astonishing Untold Story of the Operation that Topped Mugabe*. London: Short Books.
- Reeler, Antony P. 2004. “Sticks and Stones, Skeletons and Ghosts”. In *Zimbabwe: The Past is the Future*, editado por David Harold-Barry, 225-38. Harare: Weaver Press.
- Sachikonye, Lloyd. 2011. *When a state turns on its citizens: 60 years of institutionalised violence in Zimbabwe*. Johannesburg: Jacana Media.
- Srinivasan, Amrit. 1990. “The Survivor in the study of Violence”. In *Mirrors of Violence Communities, Riots and Survivors in South Asia*, editado por Veena Das, 305-20. New Delhi: Oxford University Press.
- Swart, Mia e van Marle, Karin, eds. 2017. *The Limits of Transition: The South African Truth and Reconciliation Commission 20 Years on*. Leiden: Brill/Nijhoff.
- Tarusarira, Joram. 2019. “The Anatomy of Apology and Forgiveness: Towards Transformative Apology and Forgiveness”, *International Journal of Transitional Justice*, 13.
- Taruvinga, Mary. 2020. “Chin’ono Surviving On Biscuits, Water As Relatives Barred From Bringing Food.” *Newzimbabwe.com*, August 12. <https://www.newzimbabwe.com/chinono-surviving-on-biscuits-water-as-relatives-barred-from-bringing-food/>.
- Tutu, Desmond M. 1995. “Statement by Archbishop Desmond Tutu on his Appointment to the Truth and Reconciliation Commission”. *Department of Justice and Constitutional Development*. November 30. <https://www.justice.gov.za/trc/media/pr/1995/p951130a.htm>.
- Zenda, Cyril. 2019. “Who is behind the spate of activist abductions in Zimbabwe?” *TRT World*, October 7, 2019. <https://www.trtworld.com/magazine/who-is-behind-the-spate-of-activist-abductions-in-zimbabwe-30433>.

RESUMO

O presente artigo busca discutir a capacidade e o compromisso do governo pós-Mugabe no Zimbábue com a tarefa de reconciliar os zimbabuenses e curar as feridas históricas do país, assim como seu legado assombroso de violência com motivações políticas. Após a transição de governo assistida pelos militares em novembro de 2017, a retórica do novo presidente Emmerson Mnangagwa, assinalou uma rejeição à violência e à política agressiva do seu antecessor, o presidente de longa data Robert Mugabe. Apesar de ter sido um importante facilitador do Presidente Mugabe desde a luta pela libertação nacional na década de 1970 até a era pós-colonial, o presidente Mnangagwa reapresentou a si mesmo como um político transformador, que queria desescalar as tensões políticas domésticas por meio da paz e de uma maior inclusão na gestão dos assuntos nacionais. Ele também instou seus compatriotas a esquecerem as dores da violência política do passado e seguirem em frente sob o *slogan* inclusivo de unidade, paz e desenvolvimento. Apesar dessa retórica conciliatória, ainda que pautada pela amnésia histórica, a qual tentou unificar os grupos políticos opositores do país, o governo comandado por Mnangagwa, popularmente conhecido como a “Nova Dispensação”, perpetuou a brutalidade da era Mugabe de violência, sequestros e desaparecimentos forçados de opositores políticos. Assim, o artigo argumenta que a mudança implícita no governo da Nova Dispensação representou um gesto populista, visto que o Zimbábue continuou a promover a impunidade diante das situações de violência instigada pelo Estado contra opositores políticos, situações marcadas pelo silenciamento e pelo negacionismo governamental.

PALAVRAS-CHAVE

Zimbábue. Violência. Nova dispensação. Impunidade. Silenciamentos. Negacionismo.

Recebido em 6 de julho de 2020

Aceito em 9 de janeiro de 2021